

Tema 3. Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional

Classificação: **1º Lugar**

Valor do Prêmio: R\$ 20.000,00(vinte mil reais), certificado e publicação da monografia

Autor: ***Tito Belchior Silva Moreira***

Doutor em Economia - UnB

Professor / Pesquisador - UCB-DF

Coautor: Fernando Antônio Ribeiro Soares

A Crise Financeira Internacional e as Políticas Anticíclicas no Brasil

Resumo: A crise do mercado de hipotecas americana, também conhecida como crise do subprime, começou a ter forte repercussão sobre a economia americana e depois sobre a economia mundial a partir de 2007. A forte integração do sistema financeiro internacional ajudou a propagá-la. Os impactos sobre as economias avançadas e demais economias – emergentes e em desenvolvimento – não foram uniformes.

Neste trabalho procurou-se discutir as origens e as repercussões dessa primeira grande crise do século XXI, além de ser feita uma descrição da literatura acerca do tema. Ademais, foi analisado o impacto da crise especificamente sobre a economia brasileira. Para tanto, descreveu-se as principais medidas anticíclicas implementadas pelas autoridades governamentais. Tem destaque a avaliação das medidas fiscais, monetárias e creditícias, tanto em nível agregado como em nível setorial.

Uma vez contextualizada a crise e seus efeitos sobre Brasil e o mundo, foi realizada uma série de testes empíricos para avaliar a eficácia das políticas anticíclicas adotadas na economia brasileira. Com base em regressões que mediram os efeitos das políticas monetária, fiscal e creditícia sobre o consumo das famílias, a formação bruta de capital fixo (investimentos) e a demanda agregada, procurou-se detectar quais políticas foram mais eficazes. Da mesma forma, procurou-se avaliar a eficácia das políticas anticíclicas direcionadas a alguns setores, como o automobilístico, da construção civil e de móveis e eletrodomésticos.

A análise empírica revelou que a política creditícia expansionista foi determinante para aumentar o consumo das famílias e o produto agregado durante o período da crise. A política monetária expansionista também foi importante para aumentar o produto agregado da economia durante o período da crise. Vale ressaltar que os dispêndios relativos aos investimentos não se mostraram sensíveis às políticas anticíclicas – monetária, creditícia e fiscal. Tal resultado pode ser explicado pelo elevado grau de incerteza no período da crise e pelas expectativas negativas sobre a economia, o que possivelmente foi determinante para que os empresários adotassem uma postura mais cautelosa e conservadora, suspendendo grande parte dos investimentos em andamento e cancelando novos projetos. Dessa forma, do ponto de vista da demanda agregada as políticas monetária e creditícia foram importantes na recuperação da economia brasileira. Como uma nota destoante, temos que a política fiscal foi ineficaz para reativar os negócios no País. É importante ressaltar que, além de a política fiscal ter gerado possivelmente um benefício mínimo, ele proporcionou um elevado custo, com a elevação da dívida pública resultante do maior déficit fiscal nominal.

Os resultados empíricos da análise setorial mostraram que as políticas anticíclicas obtiveram resultados bem mais modestos. No entanto, a política monetária expansionista foi importante na recuperação do setor de construção civil e da indústria automobilística.

Vale ressaltar que algumas séries de variáveis relevantes de política econômica apresentam algumas restrições como, por exemplo, variáveis fiscais como a incidência do IPI sobre o setor de móveis e eletrodomésticos. Não há uma série específica para essa variável, obrigando ao uso de proxies. Esse tipo de restrição se constitui numa limitação do trabalho.